



TERMO DE REFERÊNCIA

01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS INDUSTRIALIZADOS E OUTROS PARA ATENDIMENTO DA CLIENTELA ESTUDANTIL NO ANO LETIVO DE 2025 POR 12 MESES E ASSIM ATENDENDO AO PRECONIZADO NA RESOLUÇÃO Nº 06 DE 08 DE MAIO DE 2.020 - FNDE/PNAE, BASE DO ANEXOS 1 E VII QUE DEVERÁ CONSTAR EM EDITAL E NO FUTURO CONTRATO DA LICITANTE VENCEDORA, AS COTAÇÕES REALIZADAS JUNTO AO MERCADO FORNECEDOR, A REQUISIÇÃO **RC 131/2025 E A PORTARIA **122 DE 15/08/2025** DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

a- especificação do produto: conforme Requisição de Compras nº 131/2.025

b- locais de entrega e regras para recebimentos

b.1 Os gêneros alimentícios industrializados e outros deverão ser entregues no almoxarifado da DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR - DPD-ME, localizada na Avenida José Agostinho Rossi nº 2.354 – Jardim Planalto, Birigui – SP em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento – **de acordo com o cronograma semanal de entregas** - nos horários compreendidos das 7:00 às 10:30 e das 13:00 às 14:30 horas;

b.2 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos alimentos;

b.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

c- especificação da garantia exigida

c.1 O prazo de validade dos gêneros alimentícios industrializados e outros deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses, contados da data de fabricação e que a data de fabricação não exceda a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega estabelecida pela Secretaria de Educação por meio da Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME de Birigui.

c.2 O fornecedor vencedor deverá apresentar declaração de garantia da validade e da qualidade higiênico sanitária e bromatológicas dos produtos a serem fornecidos durante a



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

vigência da ata de registro de preços; considerando ainda que, havendo dúvida quanto a qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos lotes entregues, a Prefeitura através do DPDME, poderá extrair amostras dos lotes em questão e encaminhá-las para análises em laboratório oficial.

c.3 Em sendo constatada alguma irregularidade com o produto, automaticamente será cancelada a ata de registro de preços e aplicadas às sanções cabíveis, ficando a cargo da Detentora todos os custos das análises, que deverá ser ressarcido aos cofres do município de Birigui no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

d - Realização de testes e apresentação de documentação técnica

d.1 As licitantes proponentes vencedoras dos itens ofertados deverão apresentar a ficha técnica e 2 (duas) amostras dos itens/produtos para testes e análises, no prazo de até **5 (cinco)** dias úteis da data do encerramento do certame. **Poderá ser considerada a data da postagem da amostra, se tal solicitação de prorrogação de prazo for requerida e justificada pela empresa.** As amostras deverão ser entregues na Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME, sito a Avenida José Agostinho Rossi nº 2.354 – Bairro Jardim Planalto, no horário das 7h e 30min às 10h e 30 min, onde será emitido um protocolo de entrega. A avaliação das amostras ocorrerá em 02 (dois) dias úteis após o encerramento do prazo para recebimento das amostras.

d.2 A Comissão de avaliação das amostras será composta pelas servidoras nomeadas pela Portaria nº 57 de 2022, membros do CAE e servidores da rede escolar Municipal e Estadual.

d.3 Respeitados todos os preceitos exarados pelas determinações dos Tribunais de Contas, bem como os princípios contidos na vasta legislação que ampara os processos licitatórios, a fim de que prevaleça a lúdima justiça entre os concorrentes e um resultado satisfatório na relação custo-benefício de tais itens, os critérios adotados para aprovação ou reprovação dos itens apreciados no citado pregão obedecem fielmente à determinação federal específica para aquisição de produtos com a finalidade de confecção de alimentação escolar, quais sejam os testes determinados pela RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020 – Item VII – Art. 25, §4º e §5º-a,b,c,d - §6º - Anexo VII;

- análises sensoriais; testes técnico culinários onde são verificadas porcentagem de gordura separada em cocção;
- tempo de cocção;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

- operacionalidade de produção;
- rendimento;
- comparação entre resultado e ficha técnica;
- comparação da descrição do produto (anexo I) com a ficha técnica;
- situação da inscrição no SIF, SISP e ou SISBI-POA;

d.4 Juntamente a **entrega das amostras deverão apresentar** o certificado de registro do produto no Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou órgão competente, e a publicação no Diário Oficial da União; sendo que os certificados deverão estar em vigor;

d.5 Ficam dispensados das exigências do item anterior, os produtos incluídos na resolução n.º 2, de 15 de março de 2.000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ficando obrigatório o cumprimento de todo regulamento da resolução em epígrafe;

d.6 Juntamente a entrega das amostras deverão apresentar o registro do SIF, SISP e ou SISBI-POA.

02 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Constituição Federal de 1988, arts. 6º, 205, 208 e 211 e inciso VI do art. 30.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Lei nº 11.524 de 24 de setembro de 2007.

Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.

Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010, de 08 de maio de 2006.

Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.055, de 25 de abril de 2017.

Resolução CD/FNDE nº 31, de 1º de julho de 2011.

Resolução CD/FNDE nº 02, de 18 de janeiro de 2012.

Resolução CD/FNDE nº 43, de 04 de setembro de 2012.

Resolução CD/FNDE nº 24, de 14 de junho de 2013.

Resolução CD/FNDE nº 22, de 13 de outubro de 2014.

Resolução Conselho Federal de Nutricionistas nº 465, 23 de agosto de 2010.

Instrução Normativa Tribunal de Contas da União nº 71, de 28 de novembro de 2012.

CONSIDERANDO as necessidades de constante aperfeiçoamento das ações de gestão do Programa e de consolidação de normativos dispersos em diferentes atos oficiais, com vistas a atender ao disposto na Constituição Federal nos artigos 6º, 205, 208 e artigo 211;

CONSIDERANDO que a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicada em 2014 pelo Ministério da Saúde – MS, que preconiza a alimentação adequada e saudável baseada no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, devendo ser limitado o consumo de alimentos processados e evitado o consumo de alimentos ultraprocessados, bem como o Guia Alimentar para crianças menores de dois anos, do MS, que orienta sobre a alimentação nos dois primeiros anos de vida, visando à promoção da saúde, do crescimento e do desenvolvimento de acordo com o potencial de cada criança;

CONSIDERANDO o Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), instrumento para classificação de alimentos e bebidas, publicado em 2016, que permite identificar aqueles que contenham uma quantidade excessiva de açúcares livres, sal, gorduras totais, gorduras saturadas e ácidos graxos trans e auxilia a regulamentação de políticas públicas relacionadas com a prevenção e o controle da obesidade e sobrepeso, inclusive pro-



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

gramas de alimentação escolar, visando criar ambientes favoráveis à alimentação adequada e saudável;

CONSIDERANDO o papel a ser desempenhado por ações educativas que perpassem pelo currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva da promoção de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional, em atendimento à inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal do currículo escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela Lei nº 13.666/ 2018, e em consonância com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MDS, 2012),

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De todo o estudo realizado e considerando todas as possibilidades de caráter técnico e econômico, concluímos que a melhor solução é a contratação de serviços de fornecimento de gêneros alimentícios por meio de registro de preços para o atendimento do fornecimento de alimentação escolar a clientela estudantil da rede municipal e estadual de ensino.

04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa vencedora deverá atender aos seguintes requisitos:

- 4.1** Os veículos para transporte de gêneros alimentícios deverão estar previamente credenciados, devendo apresentar cópia autenticada do 'Certificado de Vistoria' expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal), onde demonstre que o veículo está apto para efetuar o transporte de gêneros alimentícios, conforme CVS 05/13 de 05/04/2013 e PORTARIA N. CVS 15 de 7 de novembro 1991;
- 4.2** Apresentar cópia autenticada do alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal), sendo que, os certificados deverão estar em vigor.
- 4.3** Apresentar declaração de garantia da validade e da qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência da ata de registro de preço; considerando ainda que, havendo dúvida quanto a qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos lotes entregues, a Prefeitura através do DPDME, poderá extrair amostras dos lotes em questão e encaminhá-las para análises por laboratório oficial. Em sendo constatada alguma irregularidade com o produto será, automaticamente, cancelada a ata de registro de preços e aplicadas às sanções cabíveis, e, ficando a cargo da Detentora todos os custos das análises, que deverá ser ressarcido aos cofres do município de Birigui no prazo máximo de 02 dias a contar da notificação.
- 4.4** Deverá fornecer os alimentos em embalagens especificadas na Requisição de Compras nº 131/2.025, considerando, ainda as demais exigências e especificações do presente Edital.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

4.5 Deverá atender as exigências contidas no Manual de Boas Práticas Operacionais do Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME, conforme Decreto Municipal nº 3.794, de 2 de dezembro de 2004.

05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

De acordo com os requisitos apontados no item 1 do presente documento.

06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização e execução do contrato será realizada por meio de amostragem e conferência da nota fiscal e confrontação com a autorização de fornecimento e verificação do gênero com a descrição na autorização de fornecimento, e com o manual de boas práticas de recebimento.

A equipe gestora do contrato será composta pelas servidoras nomeadas pela Portaria nº 57 de 26/09/2022:

Ana Beatriz Barbosa Santos Cerqueira: CPF xxxx - Nutricionista

Rafaela Moimas Grosso Berce: CPF xxxxx – Nutricionista

Vilma de Melo: CPF xxxxx - Técnica em Nutrição

A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Camila Colombo Andreaze – CPF nº xxxxxx – Chefe da Divisão da Merenda Escolar.

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Forma de Pagamento: 30 dias após a entrega dos gêneros alimentícios solicitados, mediante fornecimento de nota fiscal de acordo com a autorização de fornecimento e tramitação da nota fiscal pelos setores competentes da administração municipal.

08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Menor preço, respeitados todos os preceitos exarados pelas determinações dos Tribunais de Contas, bem como os princípios contidos na vasta legislação que ampara os processos licitatórios, a fim de que prevaleça a lúdima justiça entre os concorrentes e um resultado satisfatório na relação custo-benefício de tais itens, os critérios adotados para aprovação ou reprovação dos itens apreciados no citado pregão obedecem fielmente à determinação federal específica para aquisição de produtos com a finalidade de confecção de alimentação escolar, quais sejam os testes determinados pela RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 08, DE 06 DE MAIO DE 2020 – Item VII – Art. 25, §4º e §5º-a,b,c,d - §6º - Anexo VII; análises sensoriais; testes técnicos culinários onde são verificados porcentagem de gorduras separados em cocção, tempo de cocção, operacionalidade de produção, rendimento (índice de cocção dos



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

alimentos), fator de correção, comparação entre resultado e ficha técnica, comparação da descrição do produto (anexo I) com a ficha técnica, situação da inscrição no SIF, SISP e ou SISBI-POA e padrões de cortes.

09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Em levantamento preliminar por meio de consultas realizadas, verificamos que o custo anual é de R\$ 13.588.142,80.